

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2016.

(Do Senhor Luiz Couto)

Requer a realização de Audiência Pública sobre "Justiça e Direitos Humanos".

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário, a realização de Audiência Pública sobre "Justiça e Direitos Humanos". Para tanto, requeiro que sejam convidados os seguintes participantes:

- Luciana Pivato - Representante da JusDh; luciana@terradedireitos.org.br / 61 981064431;
- Kenarik Boujikian - Representante da Associação Juízes para a Democracia - SP; kenarik@uol.com.br;
- Procuradora Debora Duprat - Representante da Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos;
- Camila Gomes - Representante da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares; camila@cezarbritto.adv.br;

- Giane Alvares – representante do MST-SP; gianealvares@gmail.com / 011-98174-6625;
- Leandro Scalabrin representante do MAB;
- Noaldo Meireles - Representante do Comitê Instituto de Defensores de Direitos Humanos; noaldomeireles@gmail.com / 083-99928-0644;

JUSTIFICATIVA

Estamos passando por um período de grave crise política no Brasil que, ao nos colocar diante de retrocessos concretos em nossa recente estrutura democrática e nos direitos conquistados por muita luta popular, nos coloca também um outro desafio. Tal desafio consiste em promovermos uma ampla reforma do sistema político que não mire só o Executivo e o Legislativo, mas que abarque o Estado em sua complexidade, focalizando todos os poderes, em seus diferentes níveis, e especialmente, o Sistema de Justiça.

Isso porque, na medida em que aumentam a presença e a influência do Poder Judiciário em temas ligados às políticas públicas e aos Direitos Humanos, amplia-se também a responsabilidade social dos seus membros. E, certamente, no complexo contexto sócio-político atual, em que parte do Poder Judiciário atua com explícita agenda político-partidária, faz-se indispensável engendarmos mecanismos que garantam transparência e participação social também no âmbito do sistema de justiça, o mais distante e antidemocrático de todos os poderes da república.

É nesse sentido que, desde 2008, organizações que desenvolvem ações de litigância estratégica em temas diversos de

direitos humanos (terra, moradia, gênero, racismo, educação, saúde, etc.) debatem e constroem uma atuação articulada que, atuando além da litigância reativa e incidindo sobre a agenda política de justiça, busca a democratização do sistema de justiça. No Seminário “Direitos Humanos e Participação Social para Democratização da Justiça”, realizado em Brasília – DF, no ano de 2011, essas organizações criaram a Articulação Justiça e Direitos Humanos (JusDh), que reúne cerca de 40 organizações, movimentos sociais e ativistas, constituindo-se como uma estratégia conjunta de organizações de direitos humanos voltada para a implementação de uma agenda política pela democratização da justiça, em sua relação com a efetivação dos direitos humanos no Brasil.

Nos últimos anos, casos de interesse público ganharam as páginas dos jornais e levaram o Poder Judiciário a dividir com o Executivo e o Legislativo o protagonismo na definição dos rumos da sociedade. De fato, são cada vez maiores o papel e a presença do Judiciário, e do sistema de justiça como um todo, nas decisões sobre os rumos da política e sobre o conteúdo e a realização dos direitos humanos no Brasil, razão pela qual é fundamental criar na sociedade espaços e mecanismos que ampliem o debate público sobre que modelo de justiça precisamos construir.

Neste ano, a JusDh lançou a terceira edição do livro Justiça e Direitos, intitulada “Justiça e Direitos Humanos: olhares críticos sobre o Judiciário em 2015”. A obra apresenta 12 (doze) casos emblemáticos de direitos humanos que em 2015 foram impactados, positiva e negativamente, pela atuação do Judiciário brasileiro. Dentre os casos, há exemplos de situações envolvendo criminalização de defensores de direitos humanos pela aplicação da

Lei de Segurança Nacional; ameaças de despejos forçados em áreas urbanas e rurais; direitos LGBTs; direitos indígenas, dentre outros. Além disso, a publicação traz a reflexão de 3 (três) juristas e acadêmicos que acompanham a ação do sistema de justiça e seu impacto nos direitos humanos.

O livro é mais um passo dado pelas organizações e movimentos na estratégia de produzir e disseminar na sociedade mais informações sobre o sistema de justiça brasileiro e seus impactos na agenda política e na realização dos direitos humanos.

Em abril, foi realizado o primeiro lançamento, em Brasília, e a atividade contou com o debate público “Que Justiça precisamos e queremos no Brasil”. As organizações que se reúnem na JusDh seguem mobilizadas e comprometidas com o desafio de ampliar o conhecimento da sociedade brasileira sobre o sistema de justiça que possuímos e sobre as transformações que precisamos promover para fins de democratizá-lo e adequá-lo às demandas sociais que cada vez mais nele deságuam.

O objetivo dessa Audiência Pública é iniciar um debate sobre os Desafios dos Direitos Humanos na Justiça como forma de contribuir no enfrentamento de tais crises.

Por essas razões apresentamos o presente requerimento.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2016.

Deputado LUIZ COUTO
(PT/PB)